

EFEITOS DISTRIBUTIVOS DA AUTOCAPACIDADE ALIMENTAR NO BRASIL

CÉSAR ROBERTO LEITE DA SILVA E MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO

Resumo: Este trabalho parte do conceito de segurança alimentar, definido pela FAO, para questionar a opção brasileira pela autocapacidade alimentar. Essa opção representa maiores riscos para as famílias mais pobres, que despendem maior proporção de sua renda em alimentos. Foram estimados coeficientes de distribuição das despesas familiares, para antes e depois da abertura comercial, que permitiram identificar queda da proporção dos gastos com alimentos para o conjunto das regiões metropolitanas analisadas. A análise por região mostra expressivas desigualdades quanto à vulnerabilidade às crises de abastecimento alimentar, verificando-se em algumas dessas regiões aumento dos gastos com alimentos na composição das despesas.

Palavras-chave: segurança alimentar; distribuição de renda; política agrícola.

Classificação JEL: I30; N50; N56.

Introdução

A FAO define segurança alimentar como a situação em que todas as famílias têm acesso físico e econômico à alimentação adequada para todos os seus membros, sem correr o risco de desabastecimento (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 1996). Essa definição envolve três aspectos: disponibilidade, estabilidade e acesso. Disponibilidade significa que, em média, a oferta de alimentos é suficiente para atender às necessidades de consumo de toda a população. Estabilidade refere-se à probabilidade mínima de o consumo de alimentos cair abaixo do nível adequado de abastecimento como resultado de variações da oferta. Acesso está relacionado à capacidade de produzir ou comprar os alimentos

necessários dado que, mesmo em presença de abundância e estabilidade da oferta, muitos podem passar fome por insuficiência de recursos.

Para que toda a população tenha acesso a alimentos em quantidade suficiente, disponibilidade e estabilidade são condições necessárias, embora não suficientes. Essas duas dimensões do problema podem ser enfocadas sob diferentes níveis de agregação: mundial, nacional, regional ou familiar.

No plano global, a própria FAO argumenta que existe disponibilidade física de alimentos suficiente para atender a toda a população mundial (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000)¹. No plano nacional existem dois enfoques possíveis para a questão: auto-suficiência na produção de alimentos (*food self-sufficiency*) ou autocapacidade na obtenção de alimentos (*food self-reliance*) (FAO, 1996). O primeiro deles trata da satisfação das necessidades alimentares basicamente com produção doméstica e dependência mínima de importação. Já o conceito de *food self-reliance* atribui papel relevante ao comércio internacional. Sob esse enfoque a segurança alimentar é conquistada somando-se as importações à produção doméstica. A capacidade de importar os alimentos necessários é garantida pela exportação de outros produtos. Como a economia é aberta, os resultados da estratégia de um país são condicionados pelas decisões dos demais.

A escolha entre essas estratégias depende da avaliação dos riscos e benefícios de confiar ou não no comércio internacional para a garantia da segurança alimentar. A experiência contemporânea mostra que os principais países desenvolvidos fizeram a opção pela auto-suficiência e, para isso, articularam vários instrumentos de proteção à agricultura². Com o tempo e a continuidade dessa prática,

¹ Embora não exista a verdadeira segurança alimentar porque, mesmo em países desenvolvidos, há um contingente razoável de pessoas que passam fome (Nações Unidas, FAO, 2000).

² Nas negociações multilaterais no âmbito do GATT sempre apelaram para esse argumento para defender o protecionismo à agricultura. Mais recentemente o discurso foi mudado e o novo enfoque é a multifuncionalidade da agricultura.

o protecionismo atingiu níveis tão elevados que permitiu ultrapassar os limites da auto-suficiência e torná-los exportadores líquidos de alimentos³.

As nações menos desenvolvidas, ao contrário, freqüentemente oneram suas agriculturas. Apesar disso muitas delas foram capazes de sustentar relativa auto-suficiência alimentar e gerar excedentes exportáveis devido às vantagens comparativas naturais de sua produção agropecuária. No entanto, gradativamente essas vantagens vêm sendo neutralizadas pelos efeitos do protecionismo das nações avançadas, em particular porque se utilizam de subsídios à exportação para vender seus excedentes.

O Brasil não é exceção. Além disso, vem progressivamente abandonando o enfoque da auto-suficiência e valendo-se cada vez mais das importações para atender a demanda interna de alimentos. As estatísticas disponíveis até agora mostram que essa opção não criou maiores dificuldades à segurança alimentar do conjunto do país, até porque o subsídio praticado pelos países ricos favorece nossas relações de troca e contribui para reduzir os preços ao consumidor. O mesmo não se pode afirmar se analisamos a questão do ponto de vista individual. A concorrência com produtos subsidiados, por exemplo, desestimula a produção doméstica e contribui para reduzir o acesso aos alimentos para as famílias que têm nessa atividade sua principal fonte de renda⁴.

A possibilidade de reversão das tendências recentes, entretanto, é real e pode decorrer de qualquer fato que afete a oferta de alimentos, tais como: mudanças na política agrícola dos países

³ A eficácia da Política Agrícola Comum (PAC) no aumento da produção constitui exemplo significativo. Criada em 1958, através do Tratado de Roma, em menos de vinte anos transformou os países da União Européia de dependentes de alimentos em exportadores de excedentes (Carvalho, Silva, 1995).

⁴ Dentre as múltiplas funções da agricultura, a geração de emprego e renda é das mais importantes, em particular para empregar mão-de-obra desqualificada. Se a opção pela autocapacidade alimentar implicar queda no emprego rural, muitas das famílias mais pobres terão maiores dificuldades de acesso aos alimentos.

desenvolvidos, problemas climáticos, ocorrência de pragas e doenças etc. No plano nacional há a agravante de possíveis crises no balanço de pagamentos.

Teoricamente a liberdade de comércio implica maior estabilidade da oferta e, conseqüentemente, dos preços. No entanto, como o Brasil vem acumulando significativos déficits em transações correntes, a possibilidade de ocorrência de novas crises externas, como a que levou à desvalorização cambial no início de 1999, pode fazer com que a opção pela abertura do mercado resulte em menor estabilidade da oferta e dos preços dos alimentos. A desvalorização eleva os preços no mercado doméstico e reduz a quantidade importada; naturalmente o maior ônus recai sobre os mais pobres.

Pela Lei de Engel sabemos que à medida que a renda cresce as despesas com alimentação aumentam em valor absoluto enquanto diminui sua importância relativa na despesa total das pessoas. A sociedade brasileira é caracterizada por um quadro de elevada concentração de renda, em que boa parte da população já não tem acesso à segurança alimentar. Com isso, elevações nos preços dos alimentos têm implicações mais graves para essas pessoas, contribuindo, inclusive, para o agravamento das desigualdades sociais.

Este trabalho procura focar a segurança alimentar no plano familiar. A idéia é confrontar o período anterior e o posterior à opção pela autocapacidade alimentar, buscando identificar diferenças regionais quanto ao grau de exposição da sociedade brasileira à insegurança alimentar.

Este texto está organizado da seguinte forma: após esta introdução discutem-se brevemente as relações entre segurança alimentar e comércio. No segundo item são apresentadas a metodologia e a base empírica. A discussão dos resultados e algumas considerações finais encerram o artigo.

1. Comércio exterior e segurança alimentar

A questão da segurança alimentar sempre esteve presente na discussão acerca das vantagens e desvantagens da liberdade de comércio. Já em 1776, quando Adam Smith formalizou o argumento

dos ganhos de comércio, propôs interromper o protecionismo à agricultura e buscar provisão onde os custos de produção fossem mais reduzidos.

A teoria das vantagens comparativas, proposta por Ricardo, veio complementar os argumentos de Smith. Essa teoria preconiza a especialização na atividade produtiva cujos custos sejam comparativamente menores e a troca por produtos cuja produção doméstica apresente custos comparativos mais elevados. Por esse raciocínio a Europa teria vantagens comparativas naturais na produção industrial, devendo, portanto, importar produtos agrícolas. Essa lógica serviu de respaldo teórico para a experiência de liberalismo vivida pela Europa a partir de meados do século XIX que, se por um lado contribuiu para seu progresso industrial, por outro colocou o continente em sérias dificuldades após o final da Primeira Guerra Mundial.

O problema é que o conflito transformou os Estados Unidos em credores das nações européias, que, pressionadas pelo pronto pagamento da dívida, foram forçadas a interromper as tradicionais importações de alimentos procedentes das Américas, notadamente dos próprios Estados Unidos⁵. Esse fato acabou por complicar a situação da agricultura norte-americana, que passou a não encontrar mercado para sua produção. A superação da crise só veio a ocorrer com o New Deal, que levou à consolidação de um esquema de proteção pública à agricultura sem precedentes, cujas conseqüências condicionam o desempenho do comércio internacional até a atualidade⁶.

Durante a Segunda Guerra houve um grande esforço de negociação para reduzir a proteção ao comércio internacional,

⁵ Note-se que na época as implicações disso foram antecipadas por Keynes (1984), em sua crítica aos termos do Tratado de Versailles. Para ele, o tratamento dado à questão do pagamento da dívida de guerra não levava em conta que cerca de 100 milhões de pessoas morreriam de fome. As maiores dificuldades foram enfrentadas pela Alemanha, principal país industrial europeu, mas o mais dependente de importações agrícolas.

⁶ Ver a esse respeito Carvalho, Silva (1995).

considerada uma das causas da própria guerra. Como resultado foram elaborados os termos de criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), mas, nas palavras de Friedmann, a proposta “... morreu em mãos norte-americanas: foi apresentada ao Congresso, mas retirada antes de sua ratificação, devido à oposição daqueles que desejavam proteção comercial para programas agrícolas. Essas medidas protecionistas foram obtidas através das exceções concedidas à agricultura sob a insistência dos EUA, através do menos formal GATT” (FRIEDMANN, 2000, p. 4).

Na ocasião os programas agrícolas norte-americanos controlavam importação e subsidiavam a produção doméstica. Com isso acumulavam estoques que eram desovados no exterior através de assistência alimentícia à Europa, ao Japão, ao Terceiro Mundo e até à União Soviética. Assim, desde meados da década de 1950 até a de 1970, os Estados Unidos administraram o comércio mundial de produtos agrícolas através de rigoroso controle sobre a agricultura (FRIEDMANN, 2000).

As outras nações responderam às práticas protecionistas norte-americanas com semelhante atitude. O Japão, por exemplo, adotou um sistema para garantir a auto-suficiência alimentar de arroz, seu principal alimento. A Europa criou a Política Agrícola Comum, que, em menos de vinte anos, permitiu gerar excedentes suficientes para competir com os Estados Unidos e provocar perda de competitividade da agricultura das nações menos desenvolvidas (CARVALHO, 2001).

Nessa etapa o argumento da defesa da segurança alimentar respaldou as práticas protecionistas dos países desenvolvidos e possibilitou protelar por décadas a inserção da agricultura na pauta de negociações multilaterais do GATT⁷. Mesmo após as restrições ao protecionismo agrícola acordadas na Rodada Uruguai, não abandonaram suas práticas protecionistas. Mudaram somente o discurso, isto é, passaram a justificar o intervencionismo sobre a

⁷ O tema só veio a fazer parte das negociações multilaterais na Rodada Uruguai, que, exatamente pelas dificuldades de fechar acordo sobre a questão agrícola, se estendeu entre 1986 e 1993.

produção doméstica e sobre as trocas internacionais empregando agora o argumento da multifuncionalidade da agricultura.

Por multifuncionalidade da agricultura entende-se o conjunto de externalidades positivas provocadas pela atividade agrícola. A idéia é que além de produzir alimentos e fibras, bens que são remunerados pelo mercado, a agricultura promove a segurança alimentar, pode provocar benefícios ao meio ambiente e gerar resultados econômico-sociais cuja remuneração o mercado é incapaz de definir adequadamente. As discussões acerca dessa falha do mercado e o propósito de maximizar essas externalidades são atualmente utilizados como justificativa para a continuidade do protecionismo nos países avançados (NAÇÕES UNIDAS, FAO, 2000).

Enquanto os países ricos negam os princípios liberais e resguardam sua agricultura da competição, os mais pobres têm sido incapazes de proteger a sua. Pelo contrário, com o propósito de estimular a industrialização, por muito tempo conduziram políticas de desenvolvimento com forte viés urbano, que implicavam extrair recursos da agricultura. A conjugação desses fatores resultou em perda de espaço nas trocas internacionais dos produtos que tradicionalmente garantem vantagem comparativa às economias que dispõem de menor disponibilidade relativa de capital. De uma participação de 40,7% nas exportações agrícolas mundiais em 1961 passaram a 29,0% em 1993. Em contrapartida sua parte nas importações cresceu de 19,9% para 28,9%. Essa, aliás, é a grande transformação das tendências do comércio internacional contemporânea. Países ricos passaram a exportar mais produtos agrícolas enquanto os pobres aumentaram suas importações (CARVALHO, 2001).

Dentre os menos desenvolvidos o Brasil não foi exceção e, em particular após a abertura econômica reforçada pela apreciação cambial, o governo praticamente suprimiu seus tradicionais instrumentos de apoio ao setor. Com isso, entre 1990 e 1998 as exportações agrícolas evoluíram à taxa de 8% a.a. enquanto a correspondente taxa de crescimento das importações foi de 18% a.a.⁸

⁸ Estimado a partir de dados da FAO por meio de uma regressão polinomial, com *dummies* associadas às décadas. Os coeficientes das décadas de 1970

Essa postura é questionável até porque o protecionismo à agricultura está arraigado nas economias desenvolvidas e não foi abandonado mesmo em épocas de reconhecida aceitação do ideário liberal. Deixar que as forças do mercado prevaleçam quando os maiores competidores contam com poderosos instrumentos de intervenção implica sérios riscos, em particular para a segurança alimentar da nação.

Schejtman apresenta algumas observações que se aplicam ao caso brasileiro e podem implicar ainda maiores incertezas para o futuro abastecimento da população. “Una serie de consideraciones invitan a dudar de la prudencia de aceptar una excesiva dependencia externa en el abastecimento de los productos esenciales de las dietas mayoritarias” (SCHEJTMAN, 2000, p. 26). São elas:

1. a instabilidade dos preços que tem caracterizado o mercado agrícola a partir de meados da década de 1970;
2. o caráter fortemente oligopólico e a falta de transparência com que atuam as grandes empresas comercializadoras de grãos;
3. a posição desvantajosa dos países deficitários da região, tanto por sua marginalidade diante do reduzido e poderoso grupo dos importadores (Japão, União Soviética) como pela menor flexibilidade com que podem admitir redução de suas importações, pois, diferentemente dos grandes compradores, suas importações constituem alimento da população e não comida de gado;
4. as eventuais revisões que podem sofrer as atuais políticas agrícolas dos países com excedentes exportáveis, que tornam imprevisíveis as condições de funcionamento do mercado a longo prazo; e

e 1990 mostraram-se significativos a menos de 1% e em ambos os casos a taxa de crescimento das importações superou a das exportações: 17,4% a.a. e 14,2% a.a. na década de 1970 e 18,2% a.a. e 8% a.a. na de 1990, respectivamente, para importações e exportações. Na década de 1980 nenhuma das séries mostrou tendência de crescimento.

5. o perigo de desestímulo à produção interna em razão das importações a preços baixos, em decorrência dos subsídios significativos às exportações por parte dos países exportadores, além das mudanças no padrão de consumo em direção a produtos importados, não passíveis de substituição por produção interna quando as condições de importação se tornam difíceis (caso do trigo para o Brasil).

Em uma nota de rodapé o autor ironiza: “No parece estar demás preguntarse por qué la autosuficiencia alimentaria (de el o los componentes básicos de las dietas nacionales) ha constituido una política explícita de los países desarrollados e, incluso, de los países de industrialización tardía del sudeste asiático, que son considerados como verdaderos paradigmas del crecimiento hacia afuera” (SCHEJTMAN, 2000, p. 27).

Essas considerações nos levam a duvidar do acerto da estratégia brasileira, que pode comprometer ainda mais o acesso aos alimentos por parte das famílias mais pobres, terceira condição para a verdadeira segurança alimentar. Se não temos enfrentado problemas de abastecimento não significa que vivemos uma situação de segurança alimentar. Sabemos que grande parte da população é incapaz de expressar suas necessidades alimentares básicas na forma de demandas de mercado. Essa falha do mercado é muito grave e, se realmente queremos resgatar a dívida social, é obrigação do Estado intervir para que todos tenham acesso aos alimentos.

2. Metodologia e base empírica

2.1. Coeficiente de distribuição

Este trabalho parte da hipótese de que existem desigualdades regionais expressivas quanto ao acesso aos alimentos que tornam as famílias de algumas regiões do Brasil mais vulneráveis às mudanças na disponibilidade e estabilidade da oferta agrícola.

Para testar essa hipótese foram estimados coeficientes de distribuição a partir de informações das despesas médias mensais das famílias, estratificadas segundo o rendimento. O coeficiente de

distribuição, a , foi apresentado por Pinstруп-Andersen (1977)⁹. Para obter esse valor é construída uma curva de Lorenz que associa a porcentagem acumulada da população, no eixo horizontal, estratificada segundo o nível de renda, com a porcentagem acumulada da participação de cada estrato de renda nas despesas globais das famílias¹⁰. O coeficiente a é definido como o quociente da área acima da curva de Lorenz em relação à área abaixo da mesma curva. Algebricamente, para variáveis contínuas, fica:

$$\hat{a} = \frac{2 \int_{i-1}^{10} (n_i - n_{i-1})(b_i - b_{i-1})}{\int_{i-1}^{10} (n_i - n_{i-1})(b_i - b_{i-1})} \quad (1)$$

onde $f(n)dn$ corresponde à curva de Lorenz.

Se $a > 1$, significa que maior parcela dos custos de uma crise de abastecimento de alimentos é absorvida pelas famílias de menor renda. Se $a = 1$, os custos da crise se distribuem equitativamente entre todas as classes de renda. Obviamente, $a < 1$ indica que os consumidores mais pobres são os menos prejudicados. Além disso, quanto maior o valor do coeficiente, maior a vulnerabilidade dos mais pobres às crises de abastecimento.

O coeficiente a não pode ser calculado empiricamente pela fórmula acima porque não há uma função matemática que relacione a porcentagem acumulada da população com a porcentagem acumulada das despesas. Na prática, como os estratos são em número finito e compostos de intervalos, apenas pares de pontos que associam essas duas variáveis estão disponíveis. No presente estudo, como as variáveis estão distribuídas em dez estratos de

⁹ Uma adaptação do coeficiente de distribuição foi feita por Silva (1995 a) e Silva (1995 b) para avaliar os efeitos distributivos das inovações tecnológicas na agricultura brasileira entre os consumidores e os produtores, respectivamente. Posteriormente o mesmo autor examinou a distribuição dos benefícios da estabilidade de preços entre os consumidores (Carvalho, Silva, 2000).

¹⁰ Para uma discussão de medidas de desigualdade, ver HOFFMANN (1998).

renda, aplicou-se a seguinte fórmula, sugerida por Pinstруп-Andersen (1977), que dá uma boa aproximação de :

$$\hat{\alpha} = \frac{2 \sum_{i=1}^{10} (n_i - n_{i-1})(b_i - b_{i-1})}{\sum_{i=1}^{10} (n_i - n_{i-1})(b_i - b_{i-1})} \quad (2)$$

onde:

n_i = proporção acumulada das famílias pertencentes aos estratos 1,2, ... , 10;

b_i = proporção acumulada da parcela das despesas das famílias que não se destinaram à alimentação; e

$n_0 = 0$ e $b_0 = 0$.

Para que se pudessem obter dados compatíveis com o cálculo dos coeficientes de distribuição, subtraíram-se as despesas médias mensais com alimentação das despesas globais das famílias. O resultado indica os montantes médios gastos em despesas correntes e investimentos. Sabe-se, com base na Lei de Engel, que as famílias dos estratos inferiores de renda gastam uma porcentagem de sua renda com alimentação maior do que as famílias dos estratos de renda mais elevada. Dessa forma, pode-se presumir que os custos de uma eventual crise de abastecimento seriam distribuídos entre as famílias na razão do inverso das despesas que não se destinam à alimentação¹¹.

2.2. Base empírica

Os dados empregados para estimar os coeficientes de distribuição do Brasil e de nove regiões metropolitanas foram obtidos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), levantada pelo

¹¹ Trabalhos anteriores indicam que a distribuição dos benefícios é proporcional às quantidades consumidas do bem ou à sua participação nas despesas globais das famílias, conforme Pinstруп-Andersen (1977) e Silva (1995a), respectivamente.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000)¹². Para captar mudanças na vulnerabilidade das famílias quanto à segurança alimentar foram estimados dois conjuntos de coeficientes de distribuição: um antes da abertura comercial (dados da POF de 1987) e outro depois (POF de 1996)¹³.

3. Resultados

Os coeficientes de distribuição dos custos de uma crise de abastecimento alimentar foram estimados para classes de famílias de nove regiões metropolitanas e do Brasil em 1987 e 1996. As famílias estão distribuídas em dez estratos de acordo com os rendimentos médios mensais. Os resultados confirmam a hipótese de que as famílias de menor renda seriam as mais prejudicadas com uma crise de abastecimento alimentar, visto que os coeficientes de distribuição do Brasil, e de todas as regiões metropolitanas estudadas, são maiores de 1 e, em alguns casos, bem maiores (Tabela 1).

Comparando-se os resultados de 1987 com os de 1996, nota-se que para o Brasil não houve grandes mudanças. Os dados indicam até uma pequena melhoria, pois o coeficiente de distribuição passou de 3,00 para 2,88. Esses números refletem o ocorrido em quatro regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Nas cinco regiões restantes, a elevação no valor do coeficiente indica agravamento na vulnerabilidade das famílias mais pobres ao longo desse período. Esse fenômeno ocorreu com maior intensidade nas regiões metropolitanas do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador –, que já apresentavam alguns dos valores mais desfavoráveis.

¹² A POF investiga a estrutura de gastos, receitas e recebimentos de unidades familiares e serve como base para estabelecer os pesos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

¹³ Os levantamentos foram realizados entre março de 1987 e fevereiro de 1988, na POF de 1987, e entre outubro de 1995 e setembro de 1996, na POF de 1996.

Tabela 1. Coeficientes de distribuição dos gastos das famílias, exceto alimentação, em nove regiões metropolitanas do Brasil, 1987 e 1996

Região Metropolitana	Ano	
	1987	1996
Brasil	3,00	2,88
Belém	3,47	3,61
Belo Horizonte	3,25	2,94
Curitiba	3,28	2,49
Fortaleza	4,69	5,38
Porto Alegre	3,17	2,80
Recife	4,29	5,53
Rio de Janeiro	3,41	3,54
Salvador	3,37	4,61
São Paulo	2,29	2,18

Fonte: estimativa dos autores a partir de dados do IBGE.

4. Considerações finais

A segurança alimentar é uma das funções da agricultura que por décadas serviu de justificativa para o protecionismo adotado nos países avançados. Com esse argumento, conseguiram excluir os produtos agrícolas das negociações multilaterais do GATT, com prejuízos para as nações menos desenvolvidas, que apresentam maiores vantagens comparativas nessa atividade.

Após a Rodada Uruguai, que inseriu a agricultura no âmbito do GATT e estabeleceu um programa de redução progressiva do protecionismo, a resistência à mudança passou a ser expressa pelo conceito de multifuncionalidade. Por esse conceito, a maximização das externalidades positivas geradas pela atividade agrícola justificaria a continuidade da interferência do poder público.

As economias menos desenvolvidas historicamente extraíram recursos do setor agrícola para viabilizar a expansão urbano-industrial. Na década de 1990 muitas delas adotaram o credo liberal que implicou desestatização e abertura econômica. Esse fato levou à opção pela autocapacidade alimentar que significa depender de importações para complementar a oferta interna. A experiência brasileira recente se pauta nessa estratégia.

Este trabalho teve o propósito de analisar os riscos da opção brasileira pela autocapacidade alimentar sobre o bem-estar das famílias. Para isso, partindo dos dados da POF disponíveis antes (1997) e depois (1996) da opção, foi construído um indicador para estimar os efeitos de possíveis crises de abastecimento alimentar nas famílias das regiões metropolitanas.

Os resultados mostraram que, no agregado das regiões, houve até certa melhora na distribuição dos riscos. A análise isolada mostra divergências, com melhoras para as regiões metropolitanas reconhecidamente mais desenvolvidas, como Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, e agravamento da situação das famílias mais pobres nas principais cidades do Nordeste brasileiro.

Ressalte-se que as estatísticas disponíveis possibilitaram comparar 1987 e 1996. Isso significa que não foi possível captar os impactos da desvalorização do real, ocorrida a partir de janeiro de 1999. Pelo contrário, 1996 é um dos anos em que o câmbio esteve muito apreciado, contribuindo para baratear as importações.

Registre-se também que as pesquisas de orçamentos familiares são feitas para as regiões metropolitanas. Assim, nada se pode afirmar sobre a segurança alimentar das famílias pobres do meio rural, potenciais vítimas de desemprego resultante da opção pela abertura econômica.

TITLE

Abstract: This paper starts from FAO food safety concept to question the Brazilian option for *food self-reliance*. That option represents larger risks for the poorest families that spend larger proportion of their income with food. There were estimated

distribution coefficients of the family expenses before and after the commercial opening. These coefficients let identify fall of the proportion of food expenses for metropolitan areas as a group. The individual analysis showed expressive inequalities between regions for the vulnerability to the crises of alimentary provisioning, and some of them increased food spending in the composition of the expenses.

Key words: food-safety; distribution of income; agricultural policy.

JEL classification: I30; N50; N56.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, Maria A.; SILVA, César R.L. “Políticas agrícolas dos países desenvolvidos”. *Informações Econômicas*, vol. 25, (Supl. 1):1-112, São Paulo, 1995.
- CARVALHO, Maria A. “Políticas públicas e competitividade da agricultura”. *Revista de Economia Política*, 21, n° 1 (81), janeiro-março 2001, p. 117-40.
- FRIEDMANN, Harriet. “Uma economia mundial de alimentos sustentável”. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (orgs.) *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, 2000, p. 1-22.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 1995-96. [online]. 2000. Disponível: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> [capturado em 11/01/00].
- JOHNSON, D.G. “Novas diretrizes para a agricultura e para a política agrícola”. *Revista de Política Agrícola*, ano VI, n° 1, Brasília, jan-mar/1997, p. 25-31.
- KEYNES, John M. *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Pensadores).
- NAÇÕES UNIDAS. FAO. *The state of food insecurity in the world*. Disponível em: <<http://www.fao.org/Focus/E/home.l.htm>> Acesso em: 16/03/00.
- _____. *FAO Symposium on agriculture, trade and food security: issues and options in the forthcoming WTO negotiations from the perspective of*

- developing countries. Paper n° 5. Disponível em: <<http://www.fao.org/Focus/X2999e.htm>> Acesso em 25/10/00.
- _____. *Food and international trade*. Technical background document, FAO, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org>> Acesso em: 11/09/00.
- PINSTRUP-ANDERSEN, Per. "Decision-making on food and agricultural research policy: the distribution of benefits from new agricultural technology among consumer income strata". *Agricultural Administration*, v. 4, n° 1, England, Jan. 1977, p. 13-28.
- SANDERSON, Fred H. *Agricultural protectionism in the industrialized world*. Washington, D.C.: Resources for the Future, 1990.
- SCHEJTMAN, A. "Dilemas (reales o falsos) que enfrenta el enfoque de la política alimentaria". In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (orgs.) *Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, 2000, p. 23-36.
- SILVA, César R.L. da. (1995 a) *Inovação tecnológica e distribuição de renda: impacto distributivo dos ganhos de produtividade na agricultura brasileira*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1995 (Coleção Estudos Agrícolas).
- _____. (1995 b) "Inovação tecnológica na agricultura e distribuição de renda: o caso dos produtores do Estado de São Paulo". Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 33, Curitiba. *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural...*, v. 2, Brasília, Sober, 1995, p. 814-838.
- SILVA, César R.L. da; CARVALHO, Maria A. de. "Distribuição dos benefícios da estabilidade dos preços agrícolas entre consumidores". [CD-ROM]: XXVIII Encontro Nacional de Economia, Campinas. *Anais... do XXVIII Encontro Nacional de Economia*, Campinas, 2000.